



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 3/2013

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E TREZE. -----

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 17 de Junho de 2013, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto Quatro – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 12º, n.º5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); ---

-----Ponto Cinco – Majoração das Taxas do imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados; -----

-----Ponto seis – Fixação da participação no IRS para o ano de 2014; -----

-----Ponto sete – Fixação da Derrama para o ano de 2014; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Rui Monteiro Picciochi; -----
-----Manuel da Costa; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----
-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----
-----Inocêncio Rodrigues Cruz; -----
-----Adriano Milho Cordeiro; -----
-----António Maria Constantino; -----
-----Manuel João Rosa Pedro da Silva; -----
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----
-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----
-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
-----António da Silva Pereira; -----
-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----
-----Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----
-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Maria José Brito Alves Martinho. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, o Senhor Vereador em regime de não permanência Manuel de Oliveira e a Vereadora Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- **De seguida tomou posse o Senhor Deputado Municipal Manuel da Costa substituindo a Senhora Deputada Municipal Ana Rita Lopes Inácio que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS.** -----

-----**O Senhor Deputado Carlos Miguel Timóteo Pires solicitou substituição**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à sessão da Assembleia Municipal do qual foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU, a Senhora Deputada Maria José Brito Alves Martinho. -----

----- ACTA -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 2, da reunião de 24 de Abril de 2013, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para se pronunciar sobre a acta entrevistou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira: -----

“ Na página 2 «Tomou ainda posse o Senhor Deputado Municipal José Manuel Godinho Coelho substituindo o Senhor Deputado Manuel João da Silva que solicitou substituição à sessão da Assembleia tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS». Acho que não é nada disto. Ele veio substituir foi o Presidente da Junta de Freguesia.” -----

-----**Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 2/2013, com a alteração acima referida, da reunião realizada a 24 de Abril de 2013. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 4 abstenções dos Senhores Deputados António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e João Filipe Ricardo da CDU;** -----

----- EXPEDIENTE -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Em relação ao expediente recebi o relatório de actividades da CPCJ de 2012, que está aqui para quem quiser consultar.” -----

-----//----

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** apresentou uma declaração política sobre o subsídio de férias; **(vide anexo 2)** -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório** apresentou uma Moção sobre as portagens na A23 e A13; **(vide anexo 3)** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta a votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade.

Deseguida inscreveram-se os Senhores Deputados para a sua discussão:----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “O que eu depreendi da Moção é que fala-se em descricionalidade em termos de pagamento ou seja admite-se o pagamento não é? “ -----

O Senhor Presidente da Assembleia leu qual a sentido da deliberação da Moção – “A Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha delibera: Exigir à Estradas de Portugal e ao Governo o esclarecimento do processo em causa; Exigir a rápida revisão dos valores das portagens da A23 e A13, tendo em conta a desproporcionalidade comparada com os valores cobrados em outras vias do país, e tendo como objectivo o regresso do tráfego a estas vias;» -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “A nossa posição é que somos contra as portagens e contra, agora, à implementação, porque dantes ainda tínhamos mobilidade no nosso concelho e agora está em risco de desaparecer. Já está em vista a colocação de novos pórticos no E’ leclerc e em Torres Novas, o que certamente virá a acontecer aqui também. Aqui no nosso concelho ainda se circulava daqui para a Praia do Ribatejo gratuitamente e agora certamente vamos deixar.”-----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – “Boa noite Senhor Presidente, Executivo, Assembleia, restantes colegas da Assembleia Municipal, público presente. Eu queria falar sobre as questões das portagens na A23 e na A13. Acho absolutamente chocante que enquanto Presidente de Junta de Freguesia da Atalaia, depois de inúmeras deligências que nós fizemos quer para a Presidência da República, quer para o Governo, quer para a Assembleia da República, quer para tudo o que é de organismos que legitimamente são eleitos pelo povo que tem capacidade de decisão e de uma forma geral as deligências, relativamente às questões e às preocupações que tínhamos tomado, tínhamos simplesmente sido ignorados. Depois quando oiço aqui algumas declarações políticas como aquelea que ouvimos do PSD, é uma autêntica peróla de marcianos porque parece que nem vivemos num país como Portugal, que estamos a falar de realidades completamente distintas. A realidade é uma coisa e o que vem nas moções é uma coisa completamente distante. Voltando aquilo que é a essência da questão, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, efectivamente, se não acha que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

altura de uma vez por todas de a Comunidade Intermunicipal de Médio Tejo ter uma posição forte e determinada, sublinho posição forte e determinada para acabar com esta brincadeira de uma vez por todas. É que parece que andamos aqui, que somos eleitos pelo povo e sinto completamente desrespeitado, porque além de ignorado vem notícias soltas a público e no caso de Vila Nova da Barquinha tem sido das poucas que tem tido uma posição pública e notória contra essa situação, mas de facto, o que eu queria pedir aqui ao Senhor Presidente da Câmara é que de uma vez por todas em nome da Câmara e da Assembleia Municipal ter uma posição muito firme, muito determinada no sentido das Câmaras que pertencem a esta Comunidade Intermunicipal não permitirem este tipo de coisas. Não venham com as questões dos custos, com questões de défices, não venham com estas histórias de marcianos como nós ouvimos agora, porque isto não vai assim, o que nós estamos aqui agora a fazer é destruir o país, é destruir a economia e destruir a vida das pessoas. É preciso uma vez por todas acabar com isto e ser determinado na resolução dos problemas. Já percebemos quantas moções esta assembleia municipal fez, quantas foram as respostas que obteram? Algumas delas até foram contraditórias, algumas delas até demonstravam perante a Assembleia Municipal um desrespeito, acham meus senhores que é com mais uma Moção que isso vai resolver. Com o devido respeito, é preciso que quem tem poder executivo, designadamente as Câmaras Municipais, os Senhores Presidentes da Assembleia Municipal também se unirem, serem determinados em dizer publicamente isto não pode continuar, não é com moções, é com uma ativa ação enérgica relativamente a esta situação. Isto tem de acabar porque parece que andamos todos aqui a brincar e andamos todos a ser gozados. Eu enquanto autarca sinto-me gozado com esta brincadeira toda. Há uma Comunidade Intermunicipal para quê? Para de vez enquanto emitir um comunicado que vem numa página do jornal lá em baixo que mal se vê? Qual é a posição determinante que isso têm? Nenhuma!!! Eu não acredito que se existesse uma posição determinante por parte das Câmaras Municipais que fazem parte desta Comunidade Intermunicipal, junto de quem de direito, se calhar isto não avançava como tem avançado e aí peço desculpa, responsabilizo, não a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, porque é das poucas que tem dado a cara de forma isolada, mas era preciso todas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmaras acabarem com isto. Só com esta força, união e determinação é que resultaria em algo, se todas as Câmaras remassem para o mesmo lado.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal** – “Foi aprovado ontem na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) uma Moção sobre o mesmo assunto.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “Era só um esclarecimento sobre a conversa do nosso membro da Assembleia Nuno Gameiro que falou na questão dos marçianos, eu penso que ele estava a pretender fazer alguma ligação com a minha intervenção e sendo assim gostava que ele esclarecesse o que é que isso tem a ver com as portagens e com a minha intervenção.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “O meu companheiro de bancada já interpolou sobre o assunto que também me tocou, este assunto sobre os marçianos, mas dado o tom empolgado como o Deputado Nuno Gameiro esteve, pensei que estivesse para alguma assembleia de analfabetos, porque o tom característico da sua pessoa leva-nos a pensar que isto das portagens aconteceu assim e agora resolve-se e não se paga. Seria importante ele também repensar porque é que as portagens existem, porque é que as portagens acontecem, porque é que vão aumentar. A razão é muito simples, é que não há dinheiro para pagar a quem construiu as estradas e elas têm de ser pagas. Pergunto também se o Senhor Deputado Nuno Gameiro sabe quem é que mandou construir estas estradas que ninguém utiliza.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal** – “O que se está a tratar é a Moção.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Eu queria chamar a atenção de uma coisa, é que se há aqui alguém que tem coerência sobre esta matéria somos nós e eu pessoalmente até vos digo que andei aí na A23, não fui para os jornais porque se calhar não sou fotogénico e não ando nesta vida para aparecer nos jornais e devo-vos dizer que a coerência foi connosco. Volto a lembrar que quando isto foi votado na Assembleia da República o único deputado do distrito que votou contra a implementação das portagens, foi o deputado do PCP, depois isto, começou-se a gerar alguma contorversa. Nós sempre tivemos uma posição coerente e se esta moção que aqui está a ser discutida disser, e diz que é contra a implementação de novas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portagens aí estamos de acordo. Nós na altura dissemos que isto iria sair caro a muitas Câmaras, o volume de tráfego, para uma coisa que está provado que é negócio, a forma como foram concessionadas. A EN3 que foi requalificada daqui a uns dias não estará assim e quem irá pagar são os Municípios deste concelho.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Honório** - “Em relação à coerência só quero apresentar uma coisa. A primeira Moção apresentada pelo Partido Socialista foi a vinte e cinco de Junho de 2010.” -----

Posta à votação a Moção esta foi aprovada por unanimidade com 2 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= A Senhora Deputada **Maria José Martinho** apresentou uma declaração política sobre o “Ataque é Brutal”; **(vide anexo 4)** -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Maria José Martinho** - “Boa noite. A primeira questão que queremos aqui colocar à mesa é sobre algo referente à Atalaia, na estrada principal, na zona que faz esquina entre o Café Stop e a rua que vai para o Rossio. Penso que não vale a pena voltar a referir pois já foi dito muitas vezes, é uma situação perigosa. Não seria possível colocar lá um espelho para ter mais visibilidade, quem vem do lado do Rossio e até para quem está a sair do estacionamento em frente ao café. É muito perigoso, não sei se custa muito fazer e a quem compete fazer. -----

Começou-se a ouvir dizer que possivelmente o secundário na nossa escola, o 10º, 11º e 12º ano, poderá vir a não existir, ou seja extinguir o secundário aqui no concelho. É verdade? Sendo verdade o que é que está a ser feito para evitar esta situação. -----

Também começou-se a ouvir que na Praia do Ribatejo, neste momento, a população tem acesso ao médico duas vezes por semana em vez das quatro, o que é que está a ser feito para resolver esta situação.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Boa noite a todos. Estava aqui a pôr as ideias em dia e começa já aqui pela sala da Assembleia que quando eu era Vereador a uns anos atrás, quando houve a empreitada para a remodelação do edifício ao lado, o Senhor Presidente disse que a sala da Assembleia tem de ter alguma dignidade. Conclusão, vou-me embora agora e não chego a estrear a sala com dignidade para a Assembleia. Esta sala onde nós estamos é um pouco paupérrima, pois se houver público ou se houver outras situações necessárias a sala é pequena. O salão nobre, que na altura era uma sala bonita, quanto mais não seja tinha lá as fotografias dos antigos presidentes, gostava de ver de futuro, talvez na próxima legislatura as assembleias municipais fossem nessa sala. -----

Já que a colega da CDU falou na questão do trânsito refiro que na Rua D. Maria II quando os pais vêm buscar os jovens à escola acontece algum engarrafamento de trânsito, assim como no cruzamento para o CIEC que é complicado e um pouco perigoso. Eu contra mim falo porque vou para lá residir e também me vai prejudicar. Eu não sou especialista na área mas se calhar propor o trânsito proibido de quem vem da D. Maria II para o CIEC das dezasseis e trinta horas às dezassete horas, para que não crie ali algum engarrafamento. Eu propunha que fosse ali feita uma rotunda ou trânsito proibido a determinadas horas. Realmente há ali um problema de trânsito que eu na altura do projecto alertei para o problema. Por falar em rotunda em Setembro de 2010 a rotunda da Ponte da Pedra parece que estava afeta a uma empreitada da EN3, realidade é que a Rotunda da Ponte da Pedra continua deserta. -----

Em relação ao arquivo municipal o que se passa, está fechado pois não se vê lá ninguém.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Boa noite a todos. Manifesto o meu desencanto quando alguns meses / anos foi anulado o contrato com o Grupo Desportivo de Moita do Norte e passou para a Câmara Municipal o campo de futebol existente. Passo lá hoje e vê-se o total abandono a que se encontra, assim, como os anexos, acho que merecia ou da Câmara ou da Junta um outro tratamento, bem como a utilização de outras equipas. -----
Relembro a situação da estrada do Vale Seixo, vai-se arrastando. -----
Em relação ao Centro de Negócios gostava de saber se a situação já está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regularizada em relação ao capital social. Quantas empresas estão a trabalhar. Se alguma vez avançaram empresas que foram faladas, que estavam só a aguardar o licenciamento. -----

Não está cá hoje o amigo Timóteo, ligado à CDU, que na última Assembleia lembrou a questão da revista. Por curiosidade isso levou-me a consultar a revista número um, que foi lançada em Dezembro de mil novecentos e noventa e nove que tinha um editorial do Senhor Presidente da Câmara que me agradou na altura e agradou-me hoje a ler outra vez aquilo, porque era uma perspectiva de futuro. Perguntava o Senhor Presidente da Câmara aos Municípios de Vila Nova da Barquinha de como será a Barquinha em dois mil, e dez, dois mil e quinze. Depois apresentava uma série de sugestões: viremos ter a reutilização civil da base área de Tancos!! Já está aí o estudo..., Vamos ter a expansão do Vale da Loura!! O Ambiente vai ser fundamental nesse período. E lembrava nessa altura que tinha sido aprovado um regulamento por causa dos lixos em que as coimas iam até duzentos contos na altura, para quem não depositasse o lixo nos sítios que deveriam ser, é que vamos ter um grande crescimento da população.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – “Quero mostrar nesta assembleia preocupação com o que se está a passar na Rua Patriarca D. José, já decorrente das portagens anteriormente faladas. Referir nesta assembleia que a Junta de Freguesia da Atalaia já interpolou várias vezes as Estradas de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à colocação de semáforos ou de lombas redutoras de velocidade, na questão do reforço da marcação das passadeiras e mais uma vez, daí a minha emoção de à pouco, é que há pessoas que nestas coisas estão por convicção e lutam por valores, há outras, que vivem de uma forma amorfa as situações. Mais uma vez referir nesta assembleia que de todos os pedidos que nós fizemos fomos sempre ignorados e o apelo que eu queria fazer, à Câmara Municipal, é que tomasse deligências junto do Secretário de Estado para de uma vez por todas, e eu disponibilizo-me para estar presente nessa reunião, resolvermos este assunto, porque é preciso fazer-se alguma coisa antes que aconteça alguma tragédia. Em determinada altura aqui nesta assembleia elogiei a atitude das forças de segurança nomeadamente da GNR, resultado também de algumas deligências do Senhor Presidente da Câmara no sentido de uma vigilância apertada para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

controlo de velocidade, qual o meu espanto que foi “sol de pouca dura”, ou seja, após as diligências do Senhor Presidente da Câmara, em determinada altura contei dezanove agentes de autoridade, armados como se tivesse a falar de um bando de criminosos que passassem ali e depois subitamente desapareceram do mapa. Este é o meu último apelo para que esta estrada passe a ser um dos itinerários de risco e que mereça ser feito um controlo de velocidade como é na zona de Tomar (Carvalhos de Figueiredo).” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Manuel João Silva – “Há algum tempo que não vinha cá mas penso que estive bem representado na questão de apresentar problemas, soluções e algumas sugestões para que a freguesia da Praia do Ribatejo do qual estou aqui como deputado municipal esteja representada. No entanto senti-me um pouco melhor a nível da saúde, regresssei, pois a pressão das reuniões achei por bem retirar-me, o que não quer dizer que não goste do vosso convívio e de todo o debate político à volta daquilo que gostamos que é o nosso concelho. Como estou em representação da freguesia quero chamar a atenção para o seguinte e solicitar a vossa apreciação para analisar em pormenor as duas situações que vou mencionar. A primeira situação refere-se a um assunto que já foi aqui tratado mas que não foi bem explicado. Nós temos devido à adesão às Águas do Centro a remodelação dos esgotos nas Madeiras, conduta elevatória na Fonte Santa, estação elevatória no Cais Pai Avô e estação de tratamento de águas residuais na zona do Casal da Galiana. Penso que todos devem conhecer estas zonas que agora referi para analisar a situação. Junto ao local onde está projetada a estação de tratamento existe um projeto de turismo da natureza que tem por título Encostas do Tejo, projeto turístico que já teve a aprovação da Câmara Municipal, a todas as estruturas hierárquicas do exército. No meu entender e da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo é um contracenso colocar aquela estação de tratamento que faz muita falta, naquele local. O que eu proponho é que fosse analisado novo local, pois vai inviabilizar o projecto. Sugiro ao executivo uma proposta às Águas do Centro para alteração mais para poente. O segundo ponto diz respeito também às Águas do Centro, todos sabem que o abastecimento de água nas Madeiras e nas Limeiras ainda é do tempo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, isso quer dizer que nesse tempo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os materiais utilizados não são os da agora. O que eu peço é que seja analisado o assunto para substituição da rede.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Manuel Costa** – “Gostava de saber se está previsto o fecho do posto médico das Limeiras pois consta que irá fechar as portas. -----

Um outro assunto, é quem vai da Barquinha para Constância ou vice versa há placas ao longo da estrada que aponta para Praia do Ribatejo o que leva a crer que Limeiras, Fonte Santa e Madeiras não são Praia do Ribatejo. Se estivesse a indicar que é o centro da Praia do Ribatejo estaria melhor do que como está. Estamos contentes com o alargamento da estrada desde as Madeiras até ao Cafuz, agora já se pode transitar razoavelmente, assim como a limpeza que foi feita no mato.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “É só para fazer uma pergunta, o Centro Náutico já voltou para a posse da Câmara Municipal, já há muita especulação na comunicação social para onde é que vai e eu queria saber da Câmara se já está alguma coisa decidida e quais as entidades que vão explorar o referido Centro.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do Seguinte: -----

= **Vencimentos** – “Considerando aquilo que foi dito pelo Dr. António Pereira e no fundo a bancada do PSD de que teria de haver alguma autorização para o pagamento dos vencimentos, nós conseguimos resolver o assunto e cumprir a lei, o que se tratava aqui era cumprir a lei, pois como sabem os vencimentos nas autarquias locais são aprovados e autorizados em regra entre o dia 14 e 19 e a essa data a lei que vigorava determinava que o vencimento fosse pago no vencimento de Junho e foi isso que se fez através de uma alteração orçamental. Pena é que o Governo dizendo que tem o dinheiro e que não nenhuma questão financeira que quase parece por castigo que só será feito em Novembro.” -----

= **A23** – “Em relação à A23 o Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer a posição tomada pela Assembleia Intermunicipal, também hoje, em reunião o conselho executivo da Comunidade Intermunicipal que solicitou uma audiência ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas que caso ela não seja marcada vai ao ponto de referir que nos deslocaremos para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Secretária de Estado até sermos recebidos, dado que muito poucos autarcas têm conseguido ser recebidos pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas.” -----

= **Secundário na D. Maria II** – “Relativamente ao Secundário é de fato uma situação que nos preocupa, as últimas informações é de que haverá o número de alunos suficientes para que não aconteça. É de lamentar é que nesta altura se esteja a levantar a questão, não haja um trabalho prévio, que só na semana passada se tenham emitido situações de o nono ano e agora?? Acho que se devia estar a trabalhar neste momentos com os alunos do oitavo ano e não com aqueles que acabaram o nono ano. Apesar disso a informação que disponho neste momento é que haverá os alunos suficientes para que o décimo ano possa existir.” -----

= **Posto médico** – “É uma situação que como sabem é transversal a um conjunto de concelhos. Eu tive com o diretor do Centro de Saúde a um mês atrás e sei da grande preocupação que ele tem sobre este assunto. Há de fato uma intenção do Governo, da administração regional em termos de saúde de fazer um ataque muito feroz a todas delegações, extensões ou postos médicos e é com grande preocupação que vemos aquilo que se está a fazer, mas o que estiver ao nosso alcance tudo faremos.” -----

= **Salão Nobre** – “Aquele edifício teve de fato uma recuperação profunda, tem um salão nobre com muita dignidade mas não me lembro de ter feito qualquer promessa de que as reuniões da Assembleia Municipal lá seriam realizadas mas se for essa a vontade da Assembleia Municipal em qualquer altura o poderá fazer.” -----

= **Trânsito junto às escolas** – “É uma situação que haja as condições que houver, quando num período muito curto há uma confluência de tantas pessoas é inevitável. Nós já tentamos minorar, o autocarro deixou de funcionar na entrada principal, passou para a lateral, mas há aqui alguma inevitabilidade perante a quantidade de pessoas que aqui se deslocam.” -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – “A rotunda está lá e está a funcionar que é o mais importante. As rotundas não são locais para embelezar são locais para que o trânsito possa fluir e de facto, com o trânsito que neste momento há na 110 se não tivesse lá aquela rotunda imagino como é que se conseguiria passar da Atalaia para Vila Nova da Barquinha. Quando não havia a questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das portagens já era um problema. Neste momento, a situação corre com toda a planitude. Qualquer das maneiras informo, que teremos no próximo mês um pequeno projecto de execução para intervir do ponto de vista paisagístico e de forma a que tenha um menor custo em termos de manutenção.” -----

= **Arquivo Municipal** – “Está também a funcionar.” -----

= **Campo de Futebol da Moita do Norte** – “Este perímetro urbano único de Vila Nova da Barquinha, Moita do Norte e Atalaia tem um grande campo de futebol relvado e grande utilização, com grande qualidade reconhecido por todos. È pena que a associação que tinha o encargo da sua utilização tenha desaparecido e não haja força associativa para que haja a necessidade desse campo.” -----

= **CDN** – “Aquilo que infelizmente está a acontecer é que nós temos a economia a desfazer-se e quanto a isto não há milagres. Nós temos empresas que há quatro, cinco, seis anos tinham uma viabilidade económica e que estavam robustas neste momento estão na situação que estão, com processos de insolvência a bater os recordes. Ainda pensei que Drº António Pereira estivesse em tom irónico quando se referiu que estamos a passar por um período economicamente saudável, é quase surrealista, exatamente no dia em que no primeiro trimestre se apresenta um défice de dez vírgula seis por cento, em que estamos a chegar a vinte por cento de desemprego, e que não há nenhuma empresa que neste momento possa dizer que está bem. Dizer-se que estamos no caminho de uma economia saudável é quase surrealista. Disse isto e depois disse que o PS tinha proposta credíveis, até começo a duvidar.” -----

= **Revista nº1** – “Da Revista número um nessa altura na quinhentos e quarenta íamos com valetas e com uma estrada que não tinha qualquer arruamento. Também no Cardal, nessa revista, íamos por uma zona completamente urbana que não tinha qualquer tratamento em termos de arruamento. Não tínhamos piscina de vinte e cinco metros, não tínhamos um campo relvado no concelho, os acessos ao Castelo de Almourol estavam completamente danificados. A baixa de Vila Nova da Barquinha, às vezes quando saía as vinte e três horas até tinha medo, isto era um deserto autêntico, felizmente ao fim de semana as pessoas passam muito tempo fora, venham a Vila Nova da Barquinha à tarde e vejam que há mais gente na sede de concelho do que no Castelo de Almourol que é um monumento nacional,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto aqui eram campos completamente abandonados, agora muitas pessoas de fora dizem e não é por simpatia que é das zonas ribeirinhas mais bonitas de todo o tejo. Quando foi essa revista número não tínhamos nenhuma área de localização empresarial, se tivéssemos empresas tínhamos de as colocar dentro do perímetro urbano. Se for ao Google Vew e colocar a EN3 vai ver como era a entrada no concelho pela EN3 e como é que é agora. Ainda nessa revista quando entrava na Praia do Ribatejo era tudo em valetas e agora tem uma zona tratada com arruamentos e com boa iluminação, também não existia o Pavilhão da Praia do Ribatejo, a escola secundária tinha muitos problemas, metia água, era uma escola velha cheia de amianto e nem mencionava a Escola de Ciência Viva, a Moita do Norte tinha os arruamentos completamente desfeitos, não havia biblioteca na Praia do Ribatejo. Como tenho pouco tempo vou ficar por aqui.” -----

= **Estação Elevatória** – “Reconheço que a atual localização está mais a poente, mais longe do possível investimento que referiu, do que se ela localizasse onde nós neste momento temos a estação elevatória. Sei que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia teve uma reunião, onde estiveram técnicos das Águas do Centro, há concerteza um conjunto de razões técnicas mas não deixaremos de fazer chegar este ponto de vista e se houver possibilidades de ela ficar ainda mais a poente concerteza que será considerado.” -----

= **Abastecimento de água** – “Sempre que temos feito investimento em termos de reabilitação temos feito também intervenções no sub solo. Nesta área posso dizer que está previsto para este ano e que já está em fase final de preparação é a substituição da adutora do Alto de S. João, Alto D. Luís às Limeiras, que neste momento serve de adutora e de distribuidora e que passará toda ela a ser nova, com novos materiais e deixa de ser distribuidora e passará a ser só adutora. É um investimento que está em preparação e que continuamente este tipo de trabalhos está a ser feito.” -----

= **Centro Náutico** – “A Câmara ainda nada deliberou, está em preparação, só a pouco mais de uma semana foram retirados a maior parte dos materiais que lá estavam e estamos a preparar as coisas para levarmos um protocolo à próxima reunião de Câmara onde pensamos ter como entidade coordenadora em colaboração com a Câmara Municipal à Associação de Desenvolvimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regional – ADIRN em conjunto com a associação desportiva local, associação de canoagem. Desejamos que este espaço seja devolvido à comunidade, ao movimento associativo e essencialmente devolvido ao turismo ativo, ao desporto aventura e que permita a possibilidade de outras entidades, mediante um preçário, utilizar aquele espaço.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou da palavra para expôr o seguinte: -----

“Questionou a que se refere o atraso mencionado referente à escola.” -----

O Senhor Presidente da Câmara teve como resposta o seguinte: -----

“Eu falei na escola no âmbito do décimo ano, que houve um levantamento de pais, houve reuniões de emergência da Associação de Pais e tudo isto, deveria ter sido trabalhado com outra antecedência. Embora os jovens possam tomar a decisão mais tarde, ou podem tomá-la só no momento da inscrição de haver todo um trabalho de preparação.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

Há um aspecto que o Senhor Paulo Tavares levantou em relação ao Salão Nobre, a verdade tem de ser dita, o Senhor Presidente tinha-me posto o problema e eu é que entendi que a sua utilização pela Assembleia Municipal, deveria ser em situações solenes e não em reunião de trabalho, como é o caso das reuniões ordinárias desta Assembleia. O Salão nobre, como o seu próprio nome indica, deve ser preservado para utilizações nobres. Como exemplo poderei citar a visita do Senhor Presidente da República e na qual foi utilizado o Salão Nobre.” -----

Dada novamente a palavra aos senhores Deputados inscreveram-se os seguintes: -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Maria José Brito** – “Eu gostaria de voltar à questão da escola só para ficarmos um bocadinho mais esclarecidos, ou seja, tratou-se de uma questão da administração não conseguir convencer os seus alunos a frequentar o secundário? Trata-se da falta de alunos ou trata-se de uma imposição do Governo? -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Eu prometi que nunca falava de educação nesta casa mas vou responder que em relação à educação do décimo ano não há problema nenhum. O Ministério da Educação autorizou turmas para o décimo ano dia e turmas para o décimo ano de noite.O

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema é a falta de alunos porque nós temos três turmas do nono ano e uma percentagem deles querem ir para outros cursos para o Entroncamento e para Torres Novas e ficam poucos na Barquinha. Agora, o outro problema vai ser daqui a seis anos, porque o mês passado nasceram sete mil crianças no país interior, sabe quantas turmas vão para o CIEC daqui a seis anos? Uma turma!! Vai ser um problema muito grave. -----

Em relação ao salão nobre quando projetamos e criamos obra nova, como esta que aqui foi criada, se isto era um salão de assembleias deveria ter outra funcionalidade que não esta. -----

Relativamente ao Senhor Presidente da Câmara fez uma rasanha do que fez, também era melhor ao fim de tantos anos e agora que se vai embora não ter algo para apresentar. Fez obra mas lembre-se o dinheiro que recebeu no “tempo das vacas gordas” e pense assim, no ano tal recebi tanto e gastei tanto e faça depois o seguinte cálculo matemático, tantos milhões que recebi, fiz esta obra, cada obra custou tanto. Efectivamente fez obra e parabéns ao que fez. Sabe o que é que outros autarcas falam? É o seguinte, fizemos a obra temos tudo feito, temos piscinas que nem utilizam, teatros que ninguém vai, escolas que estão ao abandono porque não temos alunos e isso é pelo país inteiro, temos estradas e auto estradas que ninguém utiliza, efectivamente há muita obra e agora a maior parte dos concelhos onde essa obra existe não se passa nada. Daqui para o futuro no “tempo as vacas magras” vamos ter de pensar no social, mas nós cá estamos com um défice de obra por fazer, temos parte dos pluviais, os esgotos, ainda amianto nos canos da água e muitas coisas mais.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “A primeira revista e a pergunta que fiz permitiu ao Senhor Presidente que mais uma vez anunciasse, torna-se a dizer a obra feita, mas na verdade na minha intervenção nada teve a ver com isto, de resto o Senhor Presidente como é usual, já várias vezes faz isso, não responde às perguntas, não disse qual é a situação real do Parque Empresarial. Em relação à pergunta concreta em relação à primeira revista não fui eu que pûs, e como disse gostei muito de dizer, como será a Barquinha em dois mil e dez/dois mil e quinze e essa Barquinha se eu quizesse ser verdadeiro, não é necessário ser demagógico, a Barquinha hoje em dia efectivamente foram feitas estas obras todas, mas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verdade é que Barquinha hoje em termos de qualidade de vida piorou de dois mil e seis para cá, quer queiremos quer não. A rádio Hertz de Tomar, acho que o concelho deve alguma palavra a essa rádio, transmite todas as semanas notícias de Vila Nova da Barquinha, anunciava a muito pouco tempo, que era com pesar que dizia que Tomar estava na cauda da qualidade de vida, de acordo com o estudo da Universidade da Beira Interior, estava em número duzentos e oito e a Barquinha em duzentos e quarenta e oito em trezentos e oito concelhos. Eu espero que este número com as obras feitas no ano dois mil e doze, a Barquinha recupere bastante neste termos. A outra verdade nua e crua é que a Barquinha em vez de ter mais habitantes, que era o que o Senhor Presidente previa em mil novecentos e noventa e nove, tem menos habitantes, perdeu. Quer queiramos quer não, infelizmente, porque contrariamente à ideia que o Senhor Presidente dá que eu me vanglorio com a situação em que o concelho está, eu não, eu tenho pena que o concelho não esteja bem melhor, merecia pelo trabalho que todos desenvolvem no sentido de melhorar a qualidade de vida de cá e é nesse sentido que eu faço esse alertas e chamo a atenção para o rigor que deve haver nas coisas, é nesse sentido que faço as minhas intervenções. Ninguém pode negar o trabalho que foi feito, nem aquilo que se propôs e não se atingiu e uma auto crítica é também muito importante, dizer que afinal não conseguimos tudo aquilo que queríamos, temos de reconhecer isso. O concelho vive a duas velocidades, uma zona bonita como o Senhor Presidente diz que é uma zona localizada, em que é aproveitado por muita gente do concelho limitrofes e outra zona em que temos ainda esgotos a céu aberto no século vinte e um.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Por causa do protocolo do centro náutico, questiono se é só a ADIRN e uma associação local, certo? E esse protocolo será para pôr aquilo a mexer. No entanto há uma empresa que ameaçou pôr as Câmaras da Barquinha e Constância em tribunal, esse assunto avançou? -----

Quando se falou nas empresas a encerrar no Centro de Negócios, qual o número de empresas actualmente a laboral, se faliram algumas. -----

Em relação aos comentários que foram feitos a minha visão é um pouco diferente, isto é um país que por culpa de quem tem estado no poder ao longo dos anos e continua-se a verificar, não há um rigor de planeamento, agora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos numa fase em que toda a gente diz que se tem de poupar dinheiro, mas atenção a isto, nós tivemos aqui exemplos, vai-se fazer zonas industriais e toda a gente faz, lembraram-se de fazer uma escola na Praia do Ribatejo que agora está encerrada, entretanto foi feito uma escola em Constância, a seguir a Barquinha faz uma escola com todas as condições e não há ninguém que diga, atenção a isso, as crianças estão a diminuir, os professores estão a vir para a rua, a ser despedidos e depois ninguém faz criancinhas, é lógico, pois um filho infelizmente em vez de alegria é uma dor de cabeça, nós temos o nossos filhos em casa sem saber o que lhes havemos de fazer. Hoje em dia com estes tipos de investimentos que são feitos em escola e em tudo, faz confusão numa altura em que estamos em que há meios de toda a ordem, em que se permite fazer evoluções continuamos a brincar com estas coisas.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou o seguinte:-----

“Realtivamente aos alunos isto é um fenómeno nacional e concordo em absoluto com aquilo que acabou de referir e se calhar esta questão da natalidade vai ter consequências gravíssimas daqui a uns anos, tem tudo a ver com a economia e com o estado do país. Eu lembro-me como vereador de haver anos no unificado, e o Senhor Deputado Paulo concerteza confirma isso, onde até havia dificuldade para haver duas turmas, nós neste momento no nono ano temos três turmas, no oitavo ano temos três turmas e assim sucessivamente. Nós já tivemos secundário quando tínhamos dificuldade em ter duas turmas, tem é de haver de todos a pedagogia e sensibilizar-se alguns pais, porque é evidente que as crianças ou jovens tem tendência a ir para outros lugares, para não estarem tão controlados, daí ter de haver todo um trabalho a fazer-se não é apenas uma questão de aritmética porque já tivemos menos alunos do que temos agora.-----

Quanto ao dinheiro que recebeu quero dizer uma coisa, se há coisa que nos orgulhamos no trabalho que fizemos é de que se for analisar os quadros comunitários de apoio, por exemplo o terceiro, verá que Vila Nova da Barquinha, com os seus sete mil habitantes conseguiu receber mais fundos comunitários do que algumas cidades, conseguiu receber fundos comunitários do que terras que têm duas, três vezes mais e isto não foi apenas porque tínhamos os olhos bonitos, foi porque houve um trabalho, um planeamento uma programação e isso permitiu-nos ficar à frente. Quando em mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novecentos e noventa e oito escrevi isso o que eu me lembro é que ao fim de semana as pessoas iam para o Entroncamento que era um grande centro comercial ao ar livre, ia para lá a Barquinha, Torres Novas, Tomar, estava com grande qualidade de vida e aquilo que vimos em dois mil e doze é que de Abrantes, Tomar, Entroncamento, de muitos locais vêm passar o fim de semana e aproveitar o espaço de lazer em Vila Nova da Barquinha e isto é porque temos qualidade de vida. Não necessitamos recorrer a estudos vamos sim às obras efectuadas e vimos se houve ou não aumento de qualidade de vida. Vamo-nos lembrar das escolas primárias que tínhamos, da escola número um da Moita do Norte, onde não conseguíamos dar refeições e não tinha sequer actividades extra curriculares. Não tínhamos um campo relvado, não tínhamos meios para dar desporto, não tínhamos um pavilhão desportivo na Praia do Ribatejo. Na área urbana os passeios eram uma coisa rara, então não aumentamos a qualidade vida? Estamos a brincar!! Dizer que fizemos tudo, é evidente que não, falta sempre fazer, senão não era preciso haver eleições, pois estava tudo feito. O que posso dizer é que os funcionários desta casa, as equipas que lideraram este Município excedeu a expectativa do nós julgávamos que seria possível em noventa e oito. Felizmente a chave do nosso sucesso e reconhecido, foi justamente o termos aproveitado os fundos comunitários, como no terceiro quadro comunitário de apoio poucos o fizeram em Lisboa e Vale do Tejo e poucos o fizeram durante o QREN na região centro como nós o conseguimos fazer. -----

Relativamente ao Centro Náutico a Câmara é o proprietário como não poderia deixar de ser, com a colaboração da associação de desenvolvimento local e a associação desportiva – canoagem. Em relação à acção não tivemos conhecimento que tenha sido posta. -----

Quanto ao centro de negócios toda a gente sabe que houve empresas que chegaram a adquirir os lotes, uma delas readquirimos o lote. A Serralharia A. Domingos faliu, a Turquelense faliu do qual estavam associadas três empresas, duas delas deixaram de lá estar, a empresa ligada aos móveis entrou em insolvência, a informação que temos do gestor de insolvência é que está para venda e essa rapidamente passará a ter actividade económica. Está para abrir a Gonfersol, uma nova empresa em funcionamento, para além das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras que se mantêm sem alteração.” -----

----- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO** -----

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo inscrições por parte do público o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos. -----

-----/---/-----

O Senhor Deputado João Filipe Ricardo, solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia para apresentar à mesa uma proposta de alteração da Ordem de Trabalhos, referentes à retirada dos pontos 4, 5, 6 e 7 da referida ordem de trabalhos. (vide anexo 5) -----

Posta a votação a sua admissibilidade foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Manuel João Silva e João Gralha do PS e 18 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU, António Pereira, Paulo Tavares, Valter Caldeira e Eduardo de Oliveira do PPD/PSD.CDS-PP e Rui Picciochi, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Adriano Milho Cordeiro, Adriano Figueiredo, Ricardo Honório, António Constantino, Paulo Lopes, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos Senhores Deputados se primeiro deveria ouvir-se o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que a ordem de trabalhos é proposta pela Câmara Municipal. Dado que a opinião dos Senhores Deputados divergiram as intervenções foram feitas por ordem de inscrição. Posta a discussão a proposta inscreveram-se então os seguintes deputados: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** - “Esta proposta apresentada pela bancada da CDU no fundo vem ao encontro de uma proposta que a bancada do PSD também queria apresentar. Não seria a título de proposta mas simplesmente a alteração ou remoção destes pontos porque eu não me lembro nestes anos que por aqui passei enquanto membro da Assembleia Municipal estes pontos do IMI serem discutidos neste tempo, eram sempre discutidos no mês de Setembro ou no final do ano em Dezembro. Esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fixação destes pontos agora vem à Assembleia simplesmente por uma questão eleitoral e portanto vamos votar favoravelmente esta proposta que a CDU apresentou.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Manuel João Silva** – “Votei contra esta proposta porque durante este ano obrigatoriamente e cumprindo a lei a Câmara Municipal tem de apresentar estes valores de taxas para o ano seguinte. Agora acha justo, eticamente, que no dia vinte e sete de Setembro se faça uma Assembleia e que a Câmara proponha uma proposta que só vá dar vantagens ao Município?” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino** – “Deveríamos ter primeiro um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, porque é que apresentou esta proposta, porque estamos a discutir algo que não sabemos qual foi o fundamento para isso ser feito e estamos a discutir algo que ainda não está fundamentado, como foi dito pelo Deputado Nuno Gameiro.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Julgo que foi entendida a posição dos quatro membros desta assembleia eleitos pela lista do PSD. Nós vamos votar favoravelmente a proposta apresentada pela CDU, tanto mais que já antecipadamente também entendíamos que assim deveria ser. As razões da nossa posição são extremamente simples, de acordo com a lei esta comunicação deverá ser comunicada à Direcção Geral dos Impostos até trinta de Novembro do corrente ano, tal como a proposta indica. Voltamos aos anos anteriores, em vinte e cinco de Novembro de dois mil e cinco foi aprovada esta taxa do IMI, em dois mil e cinco para dois mil e seis foi em Novembro, porque tinha havido as eleições e deixou-se aos elementos que iam entrar a responsabilidade de tomarem essa decisão. No ano seguinte foi tomada em trinta de Setembro de dois mil e seis, em dois mil e sete foi tomada em vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, em dois mil e oito foi tomada a vinte e seis de Setembro e em dois mil e nove, ano de eleições, foi tomada a vinte e sete de Novembro. Em dois mil e dez foi a vinte e seis de Novembro, em dois mil e onze foi a trinta de Setembro e assim sucessivamente. Acho que mais claro do que isto não pode haver. Esta decisão foi decidida em reunião de câmara e no dia a seguir já estava no site da Câmara, quando muitas vezes as coisas demoram tempo a ser publicadas no site, assim como foi logo anunciado na rádio Hertz, de Tomar, que a Câmara da Barquinha reduziu as taxas. Devo dizer, que como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

membro desta assembleia, como vereador sempre defendi que as taxas de IMI eram excessivas para um concelho de gente pobre em que a maioria construía a suas próprias casas e pagavam esse IMI, sempre defendi que deveria ser diminuída e hoje se a retirada dos pontos não for considerada por decisão do Partido Socialista que trás as suas razões para assim o querer, razões que para mim são bem claras, faremos uma proposta no sentido de alterar as taxas que são propostas pelo PS na sequência daquilo que sempre temos defendido nesta assembleia.” -----=

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – “Queria apenas aqui lembrar que no Município do Porto, a Câmara PSD-CDS aprovaram muito recentemente as novas taxas para dois mil e catorze. Há aqui uma questão pertinente que é esta, será que o atual executivo da Câmara não está na plenitude das suas funções? Não está legitimamente eleito para poder decidir? Não está? Aqui a questão é legal, é que nós temos que cumprir a lei, quer gostemos quer não gostemos, a posição de opção da posição política de baixar ou não baixar, de ser agora ou ser depois é uma competência do executivo e a assembleia delibera, aprova. Agora, querer condicionar a atividade do Município e retirar uma legitimidade que foi dada pelo povo é que nos parece um atrofiamento grave da democracia que parece que é uma costela do PSD que já nos começou a habituar a todos disso e portanto eu não posso deixar de registar aqui que, mais uma vez queiram condicionar a plenitude das funções do executivo para o qual está legitimamente eleito, isto é que é grave. Meus Senhores vocês têm sempre uma boa solução para resolver o problema, ganham as eleições e fazem as novas propostas, é legítimo que assim seja, agora, respeitem o atual executivo.” -----=

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “De facto, foi bom lembrar, não apenas na câmara do Porto, mas várias câmaras estão a tomar as mesmas decisões. É engraçado que foi referido este calendário, confirma-se que a esmagadora maioria das vezes foi em Setembro, mas estas viessem em Setembro, aqui D’el rei, então aí o que não seria por estarmos num período pré eleitoral ou mesmo eleitoral. Como foi referido nós estamos na plenitude, não apenas para este ato mas para outros, nós tomamos alguns dias atrás uma deliberação de uma minuta de contrato para dezoito meses e é evidente que vai implicar com mandato seguinte, mal de nós se nesta altura não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pudéssemos fazer. Há uma coisa muito diferente relativamente a esses calendários que referiu, ou seja, é que nunca como em dois mil e treze, nós temos neste momentos a asfixia fiscal que as pessoas estão a sentir no IRS, no IRC e no IVA da restauração e eu sei, tenho recebido pessoas que aquilo que menos me têm mostrado e aquilo que não querem falhar e que estão a ter sérias dificuldades é de pagar o IMI. Portanto, nós temos de refletir perante uma situação destas e devemos tomar a decisão de preferência fora dos dezasseis dias da campanha eleitoral.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Ninguém, nem aqui está escrito que esta câmara não tem legitimidade para fazer o que faz. Toda a interpretação que seja feita nesse sentido é abusiva. Em relação aos abstencionistas, houve duas atitudes, uma do Senhor João Galha não esperava, mas do outro mais ou menos, aliás as vezes há um anti comunismo primário e da Praia do Ribatejo por vezes não vêem bons tempos e portanto isso não estanho. O Senhor João Galha pode ter sido uma percepitação, eu penso que não é digno de quem está nas casas e depois do vinte e cinco de Abril votar-se contra a admissão de uma proposta para discussão. Atenção a isso! Portanto, não me venham depois dar lições de democracia. Em relação ao resto não estou contra mas quando a gente tem a boca cheia de democracia também é legítimo. Têm a maioria podem decidir certamente mas também do ponto de vista ético, do ponto de vista das boas maneiras eu não me interessa. Se procurarem temos poucas câmaras CDU, se calhar alguma CDU também o fez, eu não andei a vasculhar isso. O que é que do ponto de vista formal, ético até por respeito de quem vem a seguir, não ficava nada mal uma vez que a composição da assembleia não irá certamente modificar-se muito e se modificar-se isto são atos políticos que certamente responsabilizam os colegas que vem a seguir pela proposta porque não estejam a fugir com o “rabo a seringa” porque a propaganda o PS já a fez e não tem que vir agora de “virgem ofendida”. A propaganda está feita, até conseguem vir nos jornais com isto, saiu no mirante, na rádio hertz, portanto agora darem música a mim não vai lá assim. Reparem, eu deixo uma margem de manobra e não estou a discutir aqui os pontos técnicos da proposta e a circunstância dela puder ou não descer, em relação ao IMI acho que sim, até porque em termos de dividendos encareceu e deu cabo do bolso de muita gente, mas de fato o que há de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recolha de proveitos do imposto até meio do ano é um aumento que de fato já há mais dinheiro do que havia no ano passado durante o ano todo. O que está aqui em causa é uma questão mais ética, não me venham dar lições, vocês até antes de falarem connosco mandam os papelinhos para os jornais a dizerem que fazem uma proposta, isso é para quê? Então eu agora sou tolo, ou o quê? Fizem bem, mas assumam isso. Agora isto não invalida porque há prazos até ao final do ano e isto nem sequer precisa de ir à assembleia porque os efeitos no bolso das pessoas só se irão sentir em dois mil e catorze.” -----=

Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Em relação aos argumentos do Senhor Presidente quero dizer que os mesmos não tem cabimento porque nunca em ano de eleições foi feito em Setembro, foi feito sempre pela nova câmara e aprovado pela nova assembleia e se não for assim que me desminta. A outra parte é que queremos beneficiar os Municípes e isto só tem validade para dois mil e catorze.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado Manuel João Silva** – “Só intervenho porque foi aqui provocado uma frase que nem é próprio, porque a democracia também é isto, votar contra e eu aceito quem vota contra. Em segundo lugar, eu nunca me lembro de haver eleições autárquicas em Setembro, foram sempre em Outubro. Houve aqui uma acusação a alguém da Praia do Ribatejo e aqui só existo eu e o Deputado Adriano. Comunismo? Onde é que eu li isto? Onde é que está a democracia? Eu aceito todas as situações mas esta não, não aceito. Eu quero dizer que voto contra porque esta é uma proposta vantajosa para a população simplesmente por isso.”-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para referir que o que se está votar é a admissão da proposta à discussão.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “O que estava em causa era a admissão da proposta para a podermos discutir, não quis ofender a gente da Praia e peço desculpa ao Senhor Manuel João se fui mal educado. À admissão de uma proposta, eu nunca votaria contra e até uma vez já defendi gente que não era do meu partido. As pessoas tem de falar e a proposta tem de vir. No fundo o que há na proposta é a discussão dela, é dar oportunidade a que todos possam falar sobre ela e se todos fizessem como tu (Deputado Manuel João) ninguém falava.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira** – “Eu sou homem de paz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e respeito as opiniões de todos, hoje estamos um pouco “excitados”, desde um PS que consegue chamar marçianos à bancada do PSD, desde um PS que me parece que sempre que é dada uma opinião não concordam, mas a mim parece-me que devemos manifestar as nossas opiniões, mesmo que sejam no contraditório. Eu sei que há pessoas que aceitam muito mal essa situação, mas qualquer das formas é saudável estarmos aqui a demonstrar os nossos pontos de vista, senão não valia a pena. Hoje o colega da Atalaia (Deputado Nuno Gameiro), o meu presidente da Junta de Freguesia já conseguiu duas ou três vezes tocar-me com manifestações do tipo chamar marçiano. Por último talvez pela profissão apelava a todos que é bastante aborrecido, independentemente do colega que vá ler uma proposta, declaração, ouça comentários não só quando a sua leitura mas também quando se senta e esse apelo que fazia, pois muitas vezes oiço aqui coisas que não concordo mas que respeito. É esse apelo que fazia para depois não se entrar neste campo de toma lá, dá cá.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta apresentada pela CDU, esta foi rejeitada por maioria com 12 votos contra Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS, 2 abstenções dos Senhores Deputados Inocêncio Cruz e Manuel da Costa do PS e 6 votos a favor dos Senhores Deputados António Pereira, Valter Caldeira, Paulo Tavares e Eduardo de Oliveira do PPD/PSD.CDS-PP, João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU. -----

-----/---/-----
Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 6)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira** – “Na página dois, na parte da educação o Senhor Presidente fala nas actividades de enriquecimento curricular, mais propriamente na preparação da documentação, pergunto se esta preparação de documentação é o concurso que falava que ia abrir possivelmente este ano, isto referente às AEC’s, que até aqui tinha sido por convite. -----

Na página cinco, referente à escola Municipal de futebol tinha a ideia que esta escola a sua gestão era feita pela Câmara Municipal, mas há pouco tempo acedi ao site onde fala da escola e apercebi-me que existe também uma direcção técnica, gostava de saber como é que foi feita a sua nomeação, qual é a legislação onde se enquadra esta nomeação técnica. -----

Todas as actividades lúdicas que são feitas nas piscinas, são feitas por empresas privadas ou técnicos da câmara.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Manuel João Silva** – “Em relação à informação escrita queria um esclarecimento. Em relação à requalificação do espaço de lazer da Boucinha na Praia do Ribatejo, que é um dos compromissos que está a ser cumprido pela Câmara Municipal e pelo Senhor Presidente, do qual toda a população vai agradecer, no entanto, há uma sugestão que não sei se é possível ajustar no parque, ou seja, a colocação de equipamentos de ginásio biosaúdavel e também um WC. -----

O segundo ponto, é referente à area de Reabilitação Urbana de Moita do Norte que consta aqui, no que refere à delimitação e que não é um mecanismo que vai favorecer a sua reabilitação. Relativamente a isto questiono se foi a reorganização administrativa, a agregação das duas freguesias Barquinha e Moita do Norte que deu origem a que a Moita do Norte também fosse contemplada isto porque, antes havia o plano de salvaguarda do centro histórico de Tancos e Vila Nova da Barquinha, agora temos a Moita e fica de fora a Praia do Ribatejo e Atalaia. Estou aqui para defender a Praia e uma coisa que peço é que na próxima oportunidade, penso que há a continuidade do Partido Socialista nesta câmara, contra tudo e contra todos, que a Praia do Ribatejo fosse incluída neste mecanismo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “A que diz respeito o processo judicial número dezassete que está em tribunal. -----

O centro náutico que foi agora entregue a câmara, o que está previsto para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua reabilitação. -----

Qual o ponto de situação da Estrada do Vale Seixo. -----

Vem uma notícia no Jornal Ribatejo, de Santarém, perigo no Almourol, que há umas estruturas que estão danificadas, pergunto se estão reparadas, pois se temos um concelho virado para o turismo não podemos deixar que isto aconteça. São uns gradeamentos que estão danificados. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Em relação à escola de futebol suponho que funcione duas escolas, a da União Desportiva Atalaiense e a escola municipal de futebol e faz-me confusão, que num espaço público, para toda a gente, numa infraestrutura que foi feita para o concelho porque é que não há o entendimento em relação ao futebol, salvaguardando os associados da UDA, porque se alguma vez a UDA pedir dinheiro a um neto meu para jogar futebol, é lógico que deixo de ser sócio, porque acho que as associações tem uma função bastante importante dentro da comunidade. Penso que co-habitam duas escolas de futebol, não haveria hipótese de haver só uma escola e os associados da UDA terem acesso a essa escola gratuitamente ou haver outra forma de funcionamento, pois parece que a câmara está a fazer concorrência a uma associação, associação que é da terra e que é da casa que ficou sem campo de futebol; -----

= Intervenção do Senhor Deputado António Pereira – “A pouco falou-se aqui numa economia saudável, claro que a nossa não é saudável, está muito degradada, agora o que se disse e o que se pretende é que caminhamos para uma economia saudável. Até no nosso concelho, quando vi para cá a cinquenta anos havia muitas indústrias, hoje infelizmente está muito mau, claro que a culpa não é da câmara que está, mas temos todos de tentar que o nosso concelho avance um bocadinho e que não seja só turismo, porque há muito turista que cá vem e não deixa nada, só lixo. -----

Sobre o subsídio de férias é uma questão jurídica não vou pegar nela, não vou continuar, não é uma questão política e continuo com a minha, não tinha ficado mal à câmara trazer à assembleia para autorização, uma vez que não se encontrava previsto. -----

Gostava de saber se o PAEL já foi autorizado, se foi, estive a procurar nos mapas e não vi lá os pagamentos, sendo assim, gostava de solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia que me fosse fornecido uma listagem das pessoas a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quem foi pago essas verbas. -----

Por fim, ainda voltando ao celebre centro náutico, que tem sido um dos problemas aqui complicado, onde penso que as finanças municipais têm sido castigadas pelas razões que temos falado e todos nós conhecemos, porque está ali uma obra onde se gastou muito dinheiro e rentabilidade a todos os níveis é nula, gostava de saber porque é que o processo onde foi pedido cento e cinquenta mil euros pelas instalações, continua a vir aqui sem justificar qual o seu estado. -----

= Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Honório – “Qual é o estado da obra do pavilhão desportivo ao pé da escola D. Maria II, que não vem aqui referido. -----

Por último, dou os parabéns pelas actividades aqui realizadas nomeadamente a nível cultural e dizer que a Barquinha vai em boa velocidade.” -----

---= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Gostava de saber uma coisa que o Senhor Presidente ficou de me esclarecer na última assembleia, quantas famílias beneficiam da tarifa familiar da água. -----

Quais as vantagens do cartão municipal do idoso e se é necessário quando renovam assinarem toda a documentação. -----

Em relação à situação financeira, agarramos aqui no mapa de outras dívidas a terceiros que apresenta com os acréscimos e deferimentos um total de dezoito milhões trezentos e cinquenta e oito euros e setenta cêntimos quando à um ano apresentava vinte milhões, menos de um milhão setecentos mil euros. ----

Há um ano tínhamos dezasseis processos hoje temos vinte um processos e dá a ideia que alguns andam pendurados. -----

Mais uma vez verifica-se que transferências para as juntas de freguesia está tal e qual como a um ano, ainda nada foi transferido. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do Seguinte: -----

= AEC's – “Nós estamos numa fase em que ainda não conhecemos tudo, ainda faltam despachos para se esclarecer completamente como é que as coisas funcionaram no próximo ano letivo, ainda assim estamos a preparar as coisas e uma das hipóteses, tendo em conta que temos o CIEC em plenitude e perante a hipótese de termos apenas uma hora de AEC's, a decisão será tomada após o conhecimento do despacho em relação ao próximo ano letivo e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventualmente teremos o CIEC com interlocutor para esta atividade. -----

= **Escola de Futebol** – Em relação à escola de futebol e sua direção técnica, bem como as atividades lúdicas, fizemos um concurso público o qual definia um valor a hora para as atividades da piscina e tendo esse valor definido a realização de mais turmas ou menos turmas, mais utilizador, menos utilizador, é por esse concurso que realizamos todas as atividades, não temos técnicos a tempo inteiro contratados. A escola de futebol tem uma incidência completamente diferente da UDA, há miúdos com quatro anos até aos dez anos e é neste momento o maior alimentador da UDA, pois não tem uma vertente competitiva, mas sim formativa, com um custo de seis euros, e depois passarão para a vertente competitiva que está a cargo da UDA, que neste momento tem os infantis, os iniciados e que muito possivelmente terá uma equipa de juvenis. Assim o concelho passará a ter três equipas inscritas na Federação e ao mesmo tempo a escola de futebol em formação. -----

= **Reabilitação Urbana** – A nossa esperança é que no próximo quadro comunitário de apoio possa trazer novidades neste âmbito e que em termos do governo possa finalmente assumir-se esta área como uma área essencial. Estamos cada vez mais a criar mecanismos que penalizem a construção nova, o aumento das áreas urbanizadas ou urbanizáveis e que pelo contrário beneficiem e propiciem à recuperação dos imóveis que estão degradados. É nesta sequência que foram feitos trabalhos em termos de estudo, primeiro nos planos de salvaguarda, agora passamos para a Moita e concerteza que esses trabalhos a seu tempo se desenvolverão para outras freguesias. -----

= **Processo Judicial nº17** – Trata-se de um processo de um arrendatário que tinha acordado com a câmara que iria adquirir o imóvel, e não só não aconteceu isso como deixou de pagar e daí estar a decorrer aquilo que é o nosso dever e temos de intentar estas acções. -----

= **Castelo de Almourol / turismo** – anoto essa referência. Esta questão do turismo não deixa só lixo, felizmente pode até contribuir para a própria reabilitação urbana, nós vemos que quem passa junto ao centro cultural e verificou que se está a montar um estaleiro, estaleiro esse que será para recuperar dois imóveis que fará que tenhamos cerca de vinte e oito camas turísticas, o que pode ser um momento de viragem e que permitirá que se possa começar a alavancar e que possam deixar outra coisa que não apenas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lixo. -----

= **PAEL** – Recebemos cerca setenta por cento do valor, é um processo muito burocrático, onde é exigido o envio da totalidade dos recibos, o que algumas entidades têm muita dificuldade. Nós já solicitamos os restantes trinta por cento mas ainda não obtivemos a última prestação. -----

= **Indeminização Centro Náutico** – Não houve nenhuma indemnização e relativamente ao Centro Náutico que teve esta forma de gestão que não funcionou e que pelo fato de não funcionar a Câmara tomou as medidas drásticas de cessão de contrato em consunância com a Câmara Municipal de Constância que em simultâneo tem tomado as mesmas decisões. No contexto do Parque Almourol e foi nesse âmbito que foi aprovado uma parceria intermunicipal mas que também visava ter logo à partida privados que pudessem potenciar o investimento público, daí a associação com a Nersant e daí no projeto inicial dizer que havia determinados equipamentos que iam ser dados à concessão, pois não faz parte da Câmara gerir centros náuticos, deve ser uma empresa privada. Tentamos a primeira vez, alteramos uma segunda vez não funcionou e vamos com toda a naturalidade para outro tipo de gestão, envolvendo outro tipo de entlocutores locais. -----

= **Pavilhão Desportivo** – Tivemos diversas vicissitudes, teve-se que anular concursos anteriores. Este chegou já a adjudicação, também a assinatura de contrato que aconteceu esta semana e está neste momento em fase de envio para o Tribunal de Contas para poder então produzir os seus efeitos. -----

= **Tarifa Familiar e Cartão Municipal do Idoso** – Como tenho o defeito de não ler as atas peço desculpa pela falta de não ter sido dado mas brevemente ser-lhe-á entregue.” -----

Ponto Três – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Nova da Barquinha. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----

“Trata-se apenas de adaptação à nova legislação, meras alterações formais que não produzem alterações com relevância substantiva. Portanto, é uma adaptação às exigências legislativas.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem, inscreveram-se os seguintes Deputados: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Sobre isto não tivemos muito tempo para ver, mas entendo que as alterações resultam mais de obrigações correntes da lei.” -----

Tendo sido colocada à votação as alterações ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Nova da Barquinha, este foi aprovado por unanimidade com 20 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS, António Pereira, Valter Caldeira, Paulo Tavares e Eduardo de Oliveira do PPD/PSD.CDS-PP, João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU. -----

----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

-----**////**-----

Os pontos a seguir da ordem de Trabalhos tiveram discussão em simultâneo, sendo a votação em separado para cada ponto. -----

-----**////**-----

Ponto Quatro – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

Ponto Cinco – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados. -----

Ponto Seis – Fixação da Participação no IRS para o ano de 2014. -----

Ponto Sete – Fixação da Derrama para o ano de 2014. -----

-----**////**-----

O Senhor Deputado Paulo Tavares apresentou uma proposta referente ao ponto nº4 da ordem de Trabalhos sobre a baixa dos valores da taxa de IMI apresentados pelo executivo camarário. (vide anexo 7) -----

Posta a votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a aceitação da proposta referiu o seguinte: -----

“Senhor Presidente eu julgo que esta é uma das áreas em que a decisão da assembleia está limitada sobre proposta da Câmara Municipal, mas gostaria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ter algum tempo e dar-lhe-ei a resposta.” -----

Solicitada a palavra, o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira referiu o seguinte: -----

“ O artigo cinquenta e três, número dois, alínea f), refere «afixar o valor anualmente é uma das competências da Assembleia...» e o artigo cinquenta e três número seis que diz «...que as propostas apresentadas referentes às alíneas a), b), c) e n) do número dois não podem ser alteradas pela assembleia...» -----

Aceite a proposta passou-se à discussão dos quatro pontos da ordem de trabalhos tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara afim de fazer a apresentação dos quatro pontos da ordem de trabalhos: -----

“Começando pela aquelas que não têm propostas alternativas, a Majoração que a aplicação da taxa de IMI a prédios degradados é a sinalização de um desvalor que consideramos importante fazer-se. Temos sentido que tem tido alguns efeitos, apesar do seu carácter pecuniário não ser expressivo e portanto mantemos esta proposta como em anos anteriores. -----

Relativamente à participação do IRS mantemos também a proposta, isto é, fazemos parte dos vinte por cento dos Municípios portugueses que abdicam de parte da sua receita, dez por cento, e essa proposta mantemos do ano anterior. -----

Em relação à derrama que ainda não conhecemos o valor, mas como sabem estando nós no âmbito do PAEL e não podendo abdicar das fontes de receita que estão à nossa disposição ainda assim apresentamos uma redução de trinta e três por cento relativamente ao ano passado da derrama normal e uma redução de quarenta por cento em relação à derrama reduzida. -----

Relativamente ao ponto quatro, aquele que neste momento tem uma proposta alternativa dizer o motivo de alteração. Todos reconhecem que o Município tem tido uma estabilidade e uma diminuição progressiva deste imposto, aquilo que propomos é uma descida muito significativa, nós estamos a falar de a Câmara abdicar cerca de oito e meio por cento da receita total do IMI, num contexto de total asfíxia fiscal e isso foi os elementos mais significativos para esta tomada de decisão. Reconhecemos que há um aumento da receita relativamente a este imposto embora relativamente a outros como o IMT essa subida não é tão significativa, nós já tivemos anos de três, quatro vezes mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no IMT do que temos agora. Aproxima-se um contexto de finanças locais onde as receitas dos Municípios serão cada vez mais aquelas de advém dos impostos e portanto quero também alertar para o perigo de uma descida tão significativa. Neste momento nós temos aqui uma proposta de quase dez por cento da descida, é perigoso num contexto em que os Municípios cada vez vão ser mais responsabilizados pela Lei das Finanças Locais. Aquilo que temos feito, de passar de zero vírgula quatro e que neste momento passamos para zero vírgula trinta e dois é uma descida muito significativa e avaliando aquilo que venha a ser receita, os futuros municípios irem analisando. -----

-Dada a palavra aos senhores Deputados inscreveram-se os seguintes para exporem a sua posição: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – “A questão do IMI foi sempre um ponto que preocupou bastante a bancada do PSD, não este ano mas ao longo dos anos transatos e ainda bem que chegamos a este ponto e o executivo camarário propôs uma redução das taxas de IMI. O Senhor Presidente frisou que estava preocupado pela baixa deste valor mas a minha precessão é que o montante vai aumentar apesar desta baixa, porque as casas novas vão começar a pagar IMI, as alterações à lei que estão a vibrar neste momento é que uma casa acima dos cento e cinquenta mil euros nem sequer isenção tem. A realidade é esta, feitas as avaliações estão correctas, as taxas é que estão elevadas. O que vai dar frutos é que os valores que a Câmara vai receber de IMI vão ser aumentados. Eu tenho a certeza absoluta e tenho feito essas contas e constatado que o valor do IMI tem vindo a subir e mesmo se baixarmos para zero vírgula trinta eu tenho a certeza absoluta que no próximo ano de dois mil e catorze a câmara vai ter um aumento significativo de IMI. Se a vossa preocupação em termos orçamentais para programas futuros não há dúvida que o IMI vai ser uma verba significativa. Por isso nós propomos esta baixa que são duas décimas e que corresponde a seis por cento.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Honório – “Queria aqui alertar que a Câmara deve ter proposto estes valores porque certamente eram valores que conseguiam dar algum equilíbrio financeiro, certamente se conseguisse os baixaria mais.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Em relação ao IMI, a alínea c) que a Câmara propõem os zero vírgula trinta e dois, nós

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propunha-mos os zero vírgula trinta. Em relação à alinea b) propunhamos também aqui um baixamento para os zero vírgula sessenta, mas, em relação ao IRS temos o entendimento que este benefício que é dado de alguma forma não beneficia e até não nos importavamos que no IRS não houvesse nenhum abaixamento. Quem beneficia mais com isso são os rendimentos médios e altos e pela questão de ser um bocado descricionário, porque não é igual em todas as Câmaras. Portanto, não nos importariamos que não se baixasse o IRS desde que baixasse mais o IMI. -----

Em relação à Majoração ponho a consideração dos membros, será que hoje em dia a Majoração nos prédios degradados, com dificuldades que há em vender, a Câmara não poderia dar uma isenção este ano e para o ano que vem logo se via como era, até para obrigar as pessoas a melhorarem as casas. Isto são só propostas que damos.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino – “Finalmente ao fim de tantos anos dizerem que se devia baixar a taxa, sempre fui dizendo que haveria uma altura em que seria possível fazer isso conforme o aumento das receitas do IMI. É notório que só agora no arrastão da proposta de redução da taxa que foi feita agora pelo executivo do PS, é que seja apresentada uma proposta. Concordo que estes processos têm de ser graduais e iremos ver se para os próximos anos teremos mais receita para o próximo executivo poder ou não baixar as taxas.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Sobre o IMI foi apresentada uma proposta e permita-me apenas dizer não vou regressar às datas a que isto foi aprovado e rebatendo o que foi dito agora, nós só fazemos esta proposta agora, porque o PS quis que isto fosse discutido agora, nós sempre fomos favoráveis que isto deveria ficar como sempre ficou para o próximo executivo, para a próxima assembleia, portanto, esse argumento não tem qualquer validade. Menos validade ainda tem porque sempre nesta assembleia votamos contra a proposta e propusemos sempre verbalmente que ela fosse reduzida. Em relação aos estudos o único problema que a mim próprio me coloco era que de acordo com uma afirmação que à tempos foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara de que o IMI iria aumentar mas provavelmente o Governo viria a retirar essas verbas, quero dizer o seguinte: de acordo com os dados que a Câmara nos fornece, o aumento do IMI nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiros seis meses foi de doze por cento, tudo isto vai dizer, que até contrariando as previsões da própria câmara, no mínimo tento fazer as contas com o maior rigor possível, este ano o IMI vai ultrapassar o meio milhão de euros. Todos sabemos que as casas foram avaliadas, não concordo com este sistema de avaliação de resto a Câmara tem praticamente uma oportunidade através do zonamento das zonas que o valor de IMI fosse diferente mas isto levaria-nos a outras situações que não interessam neste momento. O que interessa é que os zero vírgula trinta se aplicam, contrariamente ao que eu esperava que nesta informação viesse descrito a percentagem de casas que estão avaliadas e as que não estão avaliadas para podermos jogar melhor com estes números. -----

Em relação à majoração votei durante anos contra porque entendia que a majoração só era aplicada aos degradados de Tancos e Vila Nova da Barquinha, quando passou a englobar todo o concelho passei a abster-me porque entendo que na majoração deveríamos saber o porquê das casas estarem degradadas, se os proprietários têm ou não condições para as recuperar, só com esse trabalho feito é que entendo que se deveria aplicar majoração. Quando se diz hoje que o zero vírgula trinta foi um número atirado sem pensar, quero dizer que alguns elementos do PS em anteriores assembleias também propuseram valores mais baixos. -----

Em relação à fixação do IRS eu partilho um pouco a ideia do Senhor Deputado João Filipe Ricardo, mas julgo que é um prémio que se pode dar e na minha opinião é uma outra vantagem. Se nós queremos que o nosso concelho seja competitivo temos de apresentar algumas ideias para atrair alguém, porque se não criarmos algo de interessante porque é que as pessoas iriam mudar e viver para o concelho de Vila Nova da Barquinha se não apresentamos vantagens. Por isso votarei esta favoravelmente. -----

Relativamente à derrama digo que é sempre algo complicado, eu percebo que se diga que a derrama só atinge quem tem lucros mas quando à pouco ouvi o Senhor Presidente da Câmara dizer que neste momento nenhuma empresa está bem, vamos ao pouco lucro que elas possam ter. Será isto bom? Não sei! Tenho dúvidas” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Sobre a derrama compreendo de alguma forma a baixa que se propõem para aplicar os zero

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vírgula setenta e cinco às empresas que não ultrapassem os cento e cinquenta mil euros, e eu aqui concordo que se há lucros que se taxem, porque o que mexe mais neste momento no bolso das pessoas sem dúvida nenhuma que é o IMI, tanto numa situação como noutra. O IRS até se não se mexesse para nós tudo bem e aqui na derrama eu deixava quem tem lucros, aquelas empresas que estão citadas isto para compensar a descida proposta no IMI.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Boa noite a todos. Se há gente aqui, nesta sala, que alguns anos tem vindo a votar contra o não se baixar o IMI à taxa mínima, tenho sido eu da bancada do Partido Socialista, portanto que conste nem eu, nem o PSD nem a CDU apresentamos nenhuma proposta alternativa, dizíamos sempre que era todo o interesse pela situação política / financeira do país e das famílias que não se aumentasse o IMI. Quando hoje a CDU apresentou a proposta de tirar estes quatro pontos da ordem de trabalhos evocou as temporiedades da altura, não ser normal e estarmos em eleições, o PSD veio logo dizer que estávamos em campanha eleitoral, que até já tinha saído na rádio e nos jornais e depois quando vimos tratar destes assuntos saltam duas propostas para a mesa. Uma de zero vírgula trinta, outra de zero vírgula trinta e a justificação de algumas das pessoas que ouvi tenho a precepção de que não se importava que não houvesse baixa de IRS, vou por isto da majoração à consideração e o que é que vejo? Acho que “borraram” a pintura, com todo o respeito. Se a campanha eleitoral estava no Partido Socialista passou para a CDU e para o PSD. Eu quando recebi a proposta em casa, tinha escrito isto «congratulo-me com a baixa da taxa de zero vírgula trinta e cinco para zero vírgula trinta e dois mas gostaria que não fosse nenhuma, pelo menos o mínimo de zero vírgula trinta», mas eu não posso concordar com a vossa proposta da maneira com a fizeram, politicamente aquilo que vocês acusavam o Partido Socialista de estar a fazer campanha eleitoral e aquilo que vocês apresentaram acabaram de dar o dito por não dito, afinal quem está a fazer campanha eleitoral para amanhã sair nos jornais não é o PS. Digo com toda a franqueza quando a CDU disse que era campanha eleitoral assim com o PSD a minha intervenção agora era, então vamos fazer campanha eleitoral. Só que vocês enredaram-se na própria campanha eleitoral. Aquilo que vocês criticaram no Partido Socialista, e com todo o respeito eu também critico, eu acho que esta proposta poderia não ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hoje discutida vocês deram-me o argumento contrário quando fizeram o mesmo que o PS fez, campanha eleitoral. Agora, só que o Partido Socialista na pessoa da Câmara Municipal acho que está melhor posicionada para contrapor os zero vírgula trinta e dois porque até fez algumas contas e a oposição, sobretudo o PSD não vem com nenhum estudo mas sim com a precepção daquilo que entende, excepto o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que pôs um bocadinho a mão na ferida, todo o resto não. Aquilo que a pouco pensava votar contra, vocês vão obrigar-me a votar a favor e contra as vossas propostas, porque estamos a entrar naquilo que vocês criticaram a pouco. -----

A majoração continuo na posição do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, para quem não consegue vender vai ter que pagar mais, é mau, pois mesmo que queira hoje vender na Barquinha não consigo, acho que era importante saber-se porque é que não se está a construir. -----

Em relação ao ponto quatro vírgula cinco do IRS eu acho que sim, é sempre de baixar nem que seja zero vírgula cinco. -----

Em relação à derrama, eu andei a votar a favor e contra a derrama. Vou um pouco pela política do Senhor Eduardo de Oliveira e João Filipe Ricardo, porque se eu não cobro derrama porque as empresas estão mal então não posso aumentar IMI porque as famílias estão mal. É esta a minha posição hoje, eu acho que a derrama não pode existir tendo em conta as empresas que estamos a ter. Eu gostava de saber qual é o valor real que nós já cobramos de derrama. -----

O que eu quero agora é voltar a situação política que se criou aqui hoje e essa situação política os senhores levaram, como todo o respeito que tenho por vocês todos, a fazer campanha eleitoral em plena Assembleia Municipal.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “A minha intervenção é em defesa do que o Senhor Deputado inocência afirmou. Senhor Deputado a campanha já foi feita pelo executivo camarário quando tem acesso facilitado aos jornais, agora pode dizer que o fato de propormos esta taxa poderemos fazer política com isso, é para isso que cá estamos para fazer política, agora o que o Senhor não pode dizer é que não foi sempre uma bandeira nossa esta questão do IMI, sempre, todos os anos. Frisou algumas situações que não fomos nós que dizemos mas sim a bancada da CDU. Só para terminar e não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

digo mais nada hoje, Senhor Deputado Inocência, com essa intervenção faz-me lembrar umas palavras que o Senhor Presidente da Câmara me disse, anda à procura de alguma coisa? ” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Agora começo com uma nota que tem alguma piada, eu na quarta feira estive com o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor disse-me que era candidato à Assembleia Municipal, agora pergunto, é uma pessoa já com alguma idade respeitável o meu amigo vai ser candidato novamente, leva “porrada” de um lado, leva “porrada” do outro, ou seja é um candidato que nem de “porrada” é farto. Agora, Deputado Inocência argumentaste bem, fazes a diferença muitas vezes até nas intervenções da bancada do Partido Socialista, porque os teus amigos pensam que é assim, sim Senhor Ministro! Há pessoas que deveriam intervir mais e dar a sua opinião, mas sobre esta matéria deixa-me dizer uma coisa, é lógico que não esperarias certamente confrontados com a situação que nós não tivéssemos uma proposta, certamente que apresentariamos, mas agora atenção a isto, a proposta que apresentamos acabou, foi derrotada, deu origem à discussão que deu, tudo bem, também foi engraçada, e nós tentamos dentro do possível aqui fazer a proposta tenho ganho essencialmente no IMI e de alguma forma cedendo nas outras circunstâncias. Coloco aqui outra situação, isto tudo baixava, até aqui andávamos todos a falar da questão da dívida, que diz que a dívida a fornecedores é de dezoito milhões e o Senhor Presidente diz que é seis milhões. Isto tudo deveria ter da parte da câmara outra explicação porque estas folhas são tiradas do ano passado.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou os Senhores Deputados do seguinte: -----

Agora tocaram num ponto que nem queria falar, mas penso que ninguém acredita que devemos dezoito milhões a fornecedores, alguém quer fazer passar isso. Agora a proposta por vós apresentada implicava uma descida de catorze por cento, isto é, sem inflações e sem o valor real do Município diminuía em função dos elementos que temos agora. Estando esta Autarquia sujeita em dois mil e catorze a que o Governo lhe venha dizer se querem receita, aumentem os impostos porque a transferência do orçamento vai descer e fala-se nalguns casos que pode vir a descer cerca de vinte por cento, temos de ter atenção. Acho que é justo, que aquilo que está aqui em causa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perante o aumento de doze por cento dizer-se que oito e meio se devolve aos municípes ficando apenas com cerca de três e meio acho que é uma justa repartição daquilo que está em causa. Tenho sido sempre um espetador atento das declarações do Drº Pereira, que tem sido tão fã, tão orgulhoso, com prosas de bem dizer deste governo, que eu penso que não houve nenhum governo que tivesse aumentado tanto os impostos como este. Aquilo que eu pedia é que na medida das suas possibilidades tentasse influenciar dentro do vosso partido essa sensibilidade para descer impostos que se pudesse traduzir no IRS, no IVA porque de fato tem sido uma coisa avassaladora em termos de subida de impostos. Senhor João Ricardo eu quero lembrar que o IRS é para as classes trabalhadoras, é o rendimento do trabalho, o IMI não é para os inquilinos, é para os proprietários, não sei como é que isso bem analisado no Comité Central como é que será visto, é certo que na derrama já fez a viragem certa, mas quero deixar este alerta.” -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado João Filipe Ricardo que expôs o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Estava um pouco distraído mas há os velhinhos que até os obrigam a preencher o boletim do IRS e não entram nestas contas, não tem rendimento nenhum e têm meia dúzia de tostões e o que eu disse é que o IRS é distribuído pelos escalões, o que eu disse mantenho. Quem mais dinheiro recebe é aquele que mais paga.” -

----- **Tendo sido colocada à votação a proposta do PSD de baixar as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, este foi rejeitada por maioria com 6 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP, João Filipe Ricardo e Maria José Brito da CDU e com 14 votos contra dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS.** -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara de Fixar as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, este foi aprovada por maioria com 6 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP, João Filipe Ricardo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Maria José Brito da CDU e com 14 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS. -----

---- Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//---/-----

Tendo sido colocada à votação a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Brito da CDU, 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e 14 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//---/-----

Tendo sido colocada à votação a Fixação da Participação no IRS para o ano de 2014, este foi aprovado por Unanimidade com 2 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Brito da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes, Nuno Gameiro e Manuel Cardoso do PS. -----

---- Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//---/-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tendo sido colocada à votação a Fixação da Derrama para o ano de 2014, este foi aprovado por maioria com 7 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Brito da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e Nuno Gameiro do PS, 1 abstenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz do PS e 12 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, Manuel João Silva, António Constantino, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----**////**-----

----O Grupo do PSD apresentou uma declaração de voto relativamente à Fixação da Derrama para o ano de 2014. (Vide anexo 8) -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

- Anexo n°1 Lista de Expediente.
- Anexo n°2 Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado António Pereira sobre o subsídio de férias.
- Anexo n°3 Moção apresentado pelo Senhor Deputado Ricardo Honório sobre as portagens na A23 e A13.
- Anexo n°4 Declaração Política apresentado pela Senhora Deputada Maria José Brito sobre “o Ataque é brutal”.
- Anexo n°5 Proposta apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo para a retirada dos pontos 4, 5, 6 e 7 da Ordem de Trabalhos.
- Anexo n°6 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.
- Anexo n°7 Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Tavares para baixar os valores das taxas de IMI apresentados pelo executivo camarário.
- Anexo n°8 Declaração de voto apresentada pelo Grupo do PSD relativamente à Fixação da Derrama para o ano de 2014.